

Como enfrentar o racismo em escolas públicas: conquistas e desafios



How to confronting racism in public schools: achievements and challenges



Cómo combatir el racismo en las escuelas públicas: logros y retos

Geraldo Eustáquio Moreira¹

Luiz Eduardo Siqueira de Almeida²

Resumo: O presente artigo teve como objetivos refletir sobre as ações de combate ao racismo e preconceito em uma escola pública do Distrito Federal, identificar as ações afirmativas realizadas durante a Semana da Consciência Negra e, ainda, sugerir atividades que podem ser desenvolvidas ao longo do ano, transformando-se em elementos de combate à discriminação racial no ambiente escolar. Contempla, entre outras discussões, temas que abordam o enfrentamento ao racismo em escolas públicas, as atividades desenvolvidas durante a Semana da Consciência Negra numa escola pública e os os desafios para a realização de eventos e atividades que promovam a igualdade racial no âmbito escolar pesquisado. Os resultados revelaram a necessidade de envolver toda comunidade escolar em debates, oficinas e reuniões, além de ampliar e ser necessário ofertar um leque de sugestões a serem trabalhadas durante todo o ano letivo. O estudo revelou, ainda, as necessidades que os professores têm de fortalecimento das discussões, ecoando na formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Enfrentamento ao racismo. Semana da Consciência Negra. Discriminação racial.

Abstract: This article aimed to reflect about the actions to combat racism and prejudice in a public school in the Federal District, identify the affirmative actions performed during the Week of black consciousness and also suggest activities that can be carried out throughout the year, transforming into elements of combating racial discrimination in the school environment. It contemplates, among other discussions, themes that address the combat against racism in public schools, the activities carried out during the Week of black consciousness in a public school and the challenges for the realization of events and activities that promote racial equality within school researched. The results revealed the need to involve the whole school community in discussions, workshops and meetings, as well as enlarge and offer a range of suggestions to be worked on throughout the school year. The study also revealed the teachers' needs of discussions strengthening, echoing initial and ongoing training.

Keywords: Confronting racism. Black Awareness Week. Racial discrimination.

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo reflexionar sobre las acciones para combatir el racismo y los prejuicios en una escuela pública en el Distrito Federal, identificar acciones afirmativas llevadas a cabo durante la semana de la Conciencia Negra y también sugerir actividades que se pueden desarrollar al

¹ Doutor em Educação Matemática (PUCSP), Mestre em Educação. Professor na Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC, Departamento de Educação. geust2007@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade de Jaen (UJAEN) – Espanha. Graduação em História, Professor no Instituto Superior de Educação Fátima (ISF). cmpucsp@gmail.com

largo del año, convirtiéndose en elementos de combate a la discriminación racial en el ámbito escolar de la investigación. Incluye, entre otras discusiones, los temas que abordan el racismo enfrentan en las escuelas públicas. Los resultados pusieron de manifiesto la necesidad de involucrar a toda la comunidad escolar en debates, talleres y reuniones, además de ampliar y ser necesario ofrecer una serie de sugerencias que se trabajará durante el año escolar. El estudio también reveló las necesidades que tienen los maestros para fortalecer a las discusiones, haciéndose eco en la formación inicial y continua.

Palabras-clave: Internet. Tecnologías. Aprender.

Introdução

O mais importante líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares, morreu em combate, defendendo seu povo e seu quilombo³, em 20 de novembro de 1695. Ele viveu numa comunidade de escravos que vinham fugidos de toda parte da América e da África, desde 1594. A comunidade tinha uma população negra estimada em mais de 30 mil pessoas. Representante histórico da resistência negra contra a escravidão, Zumbi dos Palmares foi assassinado numa emboscada em Pernambuco. Após a sua morte, o Quilombo dos Palmares foi desfeito e muitas pessoas voltaram à condição de escravos.

À época, no período do Brasil Colonial, o mártir negro liderou numa batalha que resistia à prisão e escravidão de pessoas negras, tendo lutado, principalmente, pela liberdade de seu povo. Para homenagear este símbolo da resistência negra, no dia do aniversário de sua morte, foi instituído o Dia Nacional da Consciência Negra, que é uma forma de mostrar que ainda estamos cercados por diferenças e discriminações (raciais, religiosas, políticas, sexuais...).

Embora saibamos que em 13 de Maio de 1888, por meio da Abolição da Escravatura, mediante à promulgação da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, que abolia de vez a escravidão no Brasil, o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil passou a ser celebrado somente a partir da década de 60, embora só tenha ampliado seus eventos nos últimos anos, principalmente a partir do estabelecimento da Lei 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), que define a inclusão de conteúdos de História da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos das escolas brasileiras (BRASIL, 2004).

³ Os quilombos eram comunidades de negros refugiados, que se organizavam para manter a cultura africana no Brasil e para resistir ao movimento escravista.

Na atualidade, os movimentos sociais brasileiros e a comunidade negra vêm debatendo distintos temas que afetam o cotidiano das populações, sobretudo daquelas de origem negra, durante o Dia da Consciência Negra, que ultimamente tem se estendido para a Semana da Consciência Negra, ganhando repercussão e destaque na mídia e nos espaços escolares. Temas tais como inserção do negro no mercado de trabalho, cotas universitárias, cotas em concursos públicos, discriminação, identificação de etnias, moda e beleza negras, são alguns exemplos de ações e debates realizados nas escolas, nos espaços culturais e em seções solenes, mostrando e valorizando a cultura afro-brasileira.

Neste sentido, entendendo que a escola deve ser um espaço de difusão e discussão de temas sociais, constituindo-se em um espaço democrático e pluralista, que visa ao combate de qualquer tipo de discriminação, e diante da relevância de serem desenvolvidas pesquisas que envolvam a questão da igualdade racial, priorizamos o seguinte objetivo neste trabalho: identificar as ações de combate ao racismo⁴ e preconceito em uma escola pública do Distrito Federal, sobretudo àquelas realizadas durante a Semana da Consciência Negra.

Todavia, temos que destacar a importância de se realizar pesquisas que envolvam a temática igualdade racial, o que nos levou a propor outro objetivo, contextualmente mais restrito: identificar os desafios para a realização de eventos e atividades que promovam a igualdade racial no âmbito escolar pesquisado.

A partir da apresentação dos objetivos indicados, observa-se a dimensão pretendida neste trabalho. Assim, o primeiro objetivo busca situar o leitor e a comunidade acadêmica sobre ações de combate ao racismo e preconceito em uma escola pública do Distrito Federal, localizada na Asa Norte, região central de Brasília, com ênfase nas atividades desenvolvidas durante a Semana da Consciência Negra.

Coube ao segundo objetivo a apresentação dos termos utilizados, as principais atividades e ações desenvolvidas, o relato das exposições realizadas, bem como a descrição das músicas trabalhadas.

Por fim, demos muitas sugestões, aos gestores e professores, de atividades que podem ser desenvolvidas ao longo do ano, transformando-se em elementos que podem combater, ou minimizar, o impacto da discriminação racial no ambiente escolar.

⁴ “Teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras” (BEATO, 1998, p. 1).

O enfrentamento do racismo em escolas públicas

Muitos de nós, professores e professoras do Brasil, não recebemos, durante a nossa graduação, uma formação com as ferramentas necessárias para lidarmos com tantas adversidades na sala de aula e na escola, de um modo geral. São tantos os enfrentamentos cotidianos que, na maior parte do tempo, estamos preocupados apenas com o fazer pedagógico, com a nossa aula em si, sem podermos nos preocupar com outras questões que permeiam a formação social e intelectual de nossos alunos.

Talvez, durante a nossa formação, não tivemos um currículo forte o suficiente para subsidiar nossas ações pedagógicas enquanto professores, que fosse capaz de proporcionar “informações concretas sobre que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar” (COLL, 1996, p. 45). Necessariamente, não podemos nos ancorar apenas na perspectiva da formação. Precisamos ir além e buscar, por meio da formação continuada, ou da pesquisa da própria prática (LÜDKE, 2001), preencher as lacunas que ficaram.

Neste sentido, nos referimos à necessidade de trabalharmos a formação de nossos alunos para além dos conteúdos fixados no currículo escolar. Temos, pois, que dar conta de inúmeras situações que nos rodeiam e são igualmente importantes para a formação social do “aluno concreto” e não simplesmente do “aluno empírico” (SAVIANI, 2004, p. 47).

Uma dessas práticas diz respeito à questão racial que marca e segrega o aluno de origem afrodescendente, uma vez que os estereótipos apresentados pelos indivíduos, infelizmente, “influenciam negativamente a autopercepção das pessoas, desde que essas pessoas pertençam ao grupo ao qual se atribuem características desumanizadas e estigmatizadas”, como sabiamente afirma Silva (2004, p. 47).

Uma pesquisa realizada por Figueira (1990), no final do século passado, já revelava que o professor “atua como mantenedor e difusor do preconceito racial entre os alunos, seja por omissão, seja por efetivas declarações racistas, seja pelo simples fato de desconsiderar a questão, por tratá-la como um problema menor ou inexistente” (p. 68).

Outros fatores e elementos também contribuíram para a manutenção da discriminação e preconceito racial na escola. Um exemplo é o racismo e branqueamento expresso nos livros didáticos. Distintos pesquisadores têm apontado para a necessidade de se combater e denunciar tais práticas nos materiais escolares. Para Silva (2004, p. 73-74), é preciso que o professor:

Saiba utilizar o livro didático como instrumento de reflexão crítica, uma vez que solicitar às instituições governamentais a revisão do livro, denunciar junto aos pais e professores seu conteúdo e o de outros materiais pedagógicos, e mesmo não usar o livro, nos parece constituir, no momento, apenas estratégias de denúncia e de organização para o enfrentamento do problema.

O racismo, como mencionado anteriormente, para nós, é “uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie” (SANTOS, 1990, p. 12), como se uns fossem melhores que os outros em função da pigmentação da pele. Assim, é entendido “como subproduto da sociedade de classes, sendo, desse modo, uma forma peculiar de dominação em que a burguesia alimenta a divisão da classe trabalhadora dificultando a sua união contra o sistema que oprime a todos” (SILVA; BERTOLDO, 2010, p. 112).

Para o Programa Nacional de Direitos Humanos, a definição e compreensão do termo “é essencial para que saibamos identificar e combater as variadas formas de manifestação de ideologias que defendem a ideia de hierarquia entre pessoas” (BRASIL, 2004, p. 12). Neste sentido, inferimos que a compreensão que o professor tem do termo, pode ser um elemento favorecedor ou não para a discriminação racial. Para nós, o conceito de discriminação racial é:

Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (BRASIL, 2004, p. 15).

Consoante ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2009, p. 2):

Os desafios da qualidade e da equidade na educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças e não as transforme em fatores de desigualdade. Garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas sintam-se valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade.

Neste sentido, entendemos que o referido Plano Nacional busca colocar a escola como local de reconhece as diferenças e respeita as identidades de cada um de nós. Entendemos, também, que o empoderamento da escola e, conseqüentemente do indivíduo, pode ser uma forma de realizar as mudanças que precisamos para evoluir (FREIRE, 1987) e lutar contra a hegemonia predominante.

Consentaneamente, não intencionamos concluir absolutamente nada relacionado à temática, principalmente porque o desafio relacionado à questão racial no Brasil é um problema tão sério quanto às diferenças socioeconômicas entre ricos e pobres ou entre brancos e negros.

Todavia, neste trabalho buscamos contribuir com uma nova abordagem para um debate já existente no âmbito escolar e, para além disso, afirmar que a escola pode superar os limites impostos pelo racismo, uma vez que nossos alunos e professores, sujeitos sociais desse processo, vem buscando formas de libertar-se do capital social a que estão submetidas todas as relações sociais existentes.

Buscamos, por fim, subsidiar ações que possam acirrar o debate a nível anual, com inúmeras atividades e ações que podem elevar a qualidade das discussões acerca da questão racial no ambiente escolar.

Caracterização da escola participante do estudo

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública de ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, localizada na Asa Norte, Brasília. É considerada escola inclusiva e possui atendimento aos alunos com deficiência (MOREIRA, 2012).

Justificamos a escolha da referida escola como amostra devido à necessidade de dialogarmos com pessoas, hierarquias e localidades distintas, uma vez que nosso objeto pretende representar opiniões diversas. Ademais, considerando-se a complexa estrutura da rede pública de ensino em questão, bem como sua abrangência, tivemos a necessidade de trabalhar com realidades que se contrapõem à vida cotidiana da periferia de Brasília.

Esclarecemos que, para preservar a identidade da unidade de ensino, bem como a respectiva comunidade escolar, não identificamos a escola onde realizamos nossa investigação pelo nome, mas pelo bairro em que se localiza.

A unidade de ensino era uma Escola Classe até o mês de março do ano de 2013, quando foi transformado em um Centro de Ensino Fundamental - CEF. Atende alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental, do primeiro ao sexto ano. Funciona nos turnos matutino e vespertino.

Sua estrutura física é composta por nove salas de aulas; uma sala de recursos⁵ para alunos com deficiência; uma sala de coordenação, que atende às professoras e aos professores do Ensino Fundamental; duas salas que atendem à direção e vice direção; uma sala para secretaria escolar; uma sala de leitura, onde funciona a biblioteca; uma sala de informática; quatro banheiros para alunos; um banheiro adaptado para pessoas com deficiência; dois banheiros para professoras e professores; um banheiro para servidores; uma cantina; um almoxarifado; uma sala destinada ao depósito do material; uma copa; uma cozinha e uma sala para servidores.

No que se refere à acessibilidade, constatamos que o Centro de Ensino Fundamental apresenta uma edificação que abrange inúmeros itens dos requisitos de acessibilidade, com condições favoráveis à inclusão do aluno que apresenta deficiência. No entanto, alguns ambientes restringem a entrada de cadeirantes, por exemplo, por não terem portas mais largas, o que contraria as normas de acessibilidade (MOREIRA; MANRIQUE, 2012).

Neste ano de 2013, a predita Unidade de Ensino atende 302 alunos do Ensino Fundamental, séries iniciais (1º ao 5º ano) e séries finais (6º ano). Os alunos com atendimento educacional especializado são atendidos de acordo com as deficiências apresentadas: três alunos com deficiência auditiva; 11 alunos com deficiência intelectual/mental ou outros transtornos.

Em relação ao número de docentes, o CEF de Brasília possui 38 professores atuando no Ensino Fundamental. Quanto aos demais profissionais que trabalham no CEF de Brasília, constatamos que três pessoas atuam na direção; uma na supervisão; duas na secretaria escolar; duas na coordenação; dois na orientação educacional; um psicólogo; três na portaria; uma na cantina e quatro na equipe de conservação, limpeza e merenda escolar.

A semana da consciência negra num CEF de Brasília

A Semana da Consciência Negra do CEF de Brasília, embora aconteça somente em Novembro, tem início na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), devidamente elaborado quando da eleição dos gestores do CEF.

⁵ Segundo o Ministério da Educação, a sala de recursos “[...] é um local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do alunado, onde se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em classes de ensino comum. O aluno deve ser atendido individualmente ou em pequenos grupos, por professor especializado, e em horário diferente do que frequenta o ensino regular” (BRASIL, 2001, p. 35).

Anualmente, a equipe gestora, com a ajuda da comunidade escolar⁶, elabora as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas no ano letivo. Uma das atividades previstas e propostas no PPP é a Semana da Consciência Negra.

Segundo o PPP do CEF de Brasília, os eventos que são realizados durante a referida semana, têm como objetivos valorizar a cultura negra; reconhecer a importância dos afrodescendentes na formação do povo brasileiro; valorizar os afro-brasileiros na escola e na sociedade; valorizar a identidade da criança negra; enfrentar o preconceito relativo aos costumes religiosos provindos da cultura africana e, por fim, apreciar a beleza negra como constituidora do povo brasileiro.

Abaixo, passamos a descrever e apresentar o que foi desenvolvido durante a Semana da Consciência Negra do CEF de Brasília. São pinturas, objetos, painéis, cartazes e uma linda exposição.

Logo na entrada da escola, deparamo-nos com um imenso painel, que faz alusão à temática (Figura 1)

Figura 1 – Painel de entrada



Fonte: Painel construído pela Direção do CEF de Brasília.

⁶ Em consonância com Moreira (2012).

Como pode ser observado, além das cores africanas, vivas e com forte apelo visual, vemos a formação do povo brasileiro. Ao caminharmos pela escola, nos deparamos com outros painéis.

A frase apresentada no painel lateral, reflete uma importante realidade. O povo brasileiro é formado, desde o seu início, pela miscigenação do índio, do negro, do branco, do amarelo e todo tipo de cútis que se possa formar uma pessoa.

O Continente Africano foi pintado! As bandeiras que representam os distintos países foram pintadas pelos alunos e depois expostas. Os senegaleses foram homenageados no painel da Direção do CEF. Além da bandeira do País, o painel trás o Mapa Mundi, com destaque para a África (Figura 2).

Figura 2 – Bandeiras dos países africanos



Fonte: Painel construído pela Direção do CEF Brasília.

No painel das séries iniciais, constatamos a presença de poemas, textos, músicas, costumes e desabafos referentes à cultura negra (Figura 3).

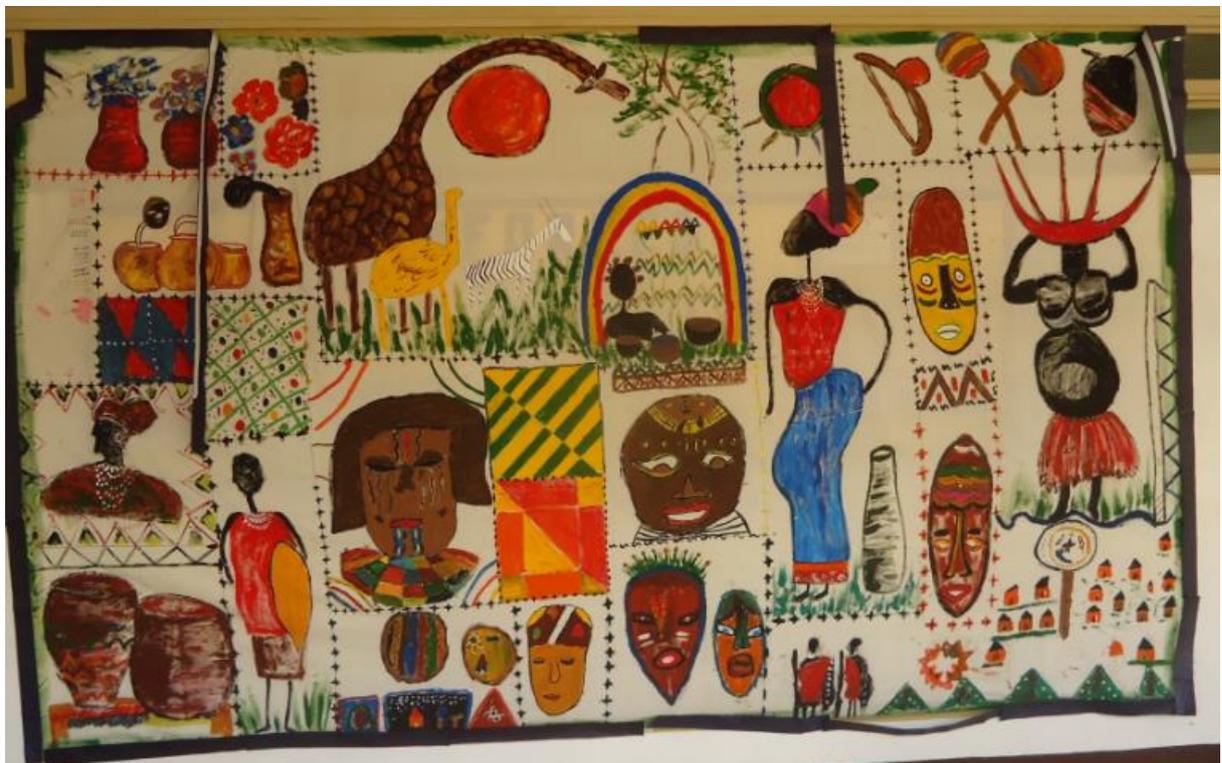
Figura 3 – O negro nos poemas



Fonte: Painel construído pelos alunos das séries iniciais.

Uma enorme e belíssima pintura em tecido marcou o painel do corredor. Foi feita pelos professores e direção do CEF.

Foto 4 – Africanidade



Fonte: Painel construído pelos professores do CEF Brasília.

Para finalizar, apresentamos o trabalho realizado por uma professora da sala de recursos. Como forma de contribuir para a aprendizagem dos alunos atendidos naquele espaço escolar, alunos com deficiência e transtornos, a referida docente organizou uma exposição com materiais, tecidos, tapetes, objetos, pinturas e músicas africanas.

Ao visitarem a exposição, os alunos ouviram as músicas da cantora popular cabo-verdiana Cesária Évora, conhecida como *a diva dos pés descalços*, que infelizmente faleceu no ano de 2011.

Figura 5 – Fotos da exposição África



Fonte: Exposição realizada por uma Professora da Sala de Recursos do CEF Brasília.

Figura 6 – Cesária Évora



Fonte: Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ces%C3%A1ria_%C3%89vora.

Além das músicas de Cesária Évora, apresentadas na sala de exposição, os alunos das séries iniciais ouviram e cantaram músicas que homenageiam a África. Entre elas, cantaram e dançaram Mama África, do cantor brasileiro Chico César.

Como trabalhar o Dia da Consciência Negra em outros dias do ano letivo?

Ante ao cenário traçado atrás, dialogamos com distintos autores, com diversas formas de expressão artística, bem como a apresentação de uma Semana da Consciência Negra, para construir um texto literário capaz de expressar as atuais opiniões dos envolvidos neste estudo, que se debruçaram sobre a temática e buscaram localizar a Semana da Consciência Negra nos preceitos de humanidade e respeito à diversidade, constituidora do campo social em que vivemos.

Para a realização da pesquisa, privilegamos a escola como unidade temática e como ambiente de investigação, cujos atores sociais constituíram nossa amostra, levando-se em consideração nossa atuação profissional, a localização do ambiente escolar e os pressupostos epistemológicos deste trabalho.

A partir deste panorama, buscamos, de um modo geral, identificar as ações de combate ao racismo e preconceito em uma escola pública do Distrito Federal, sobretudo àquelas realizadas durante a Semana da Consciência Negra e, ao mesmo tempo, procuramos

identificar os desafios para a realização de eventos e atividades que promovam a igualdade racial no âmbito escolar pesquisado.

De posse dos objetivos que nortearam o objeto investigado, buscamos formas de captar as manifestações sociais calcadas na Semana da Consciência Negra do CEF, utilizando as atividades ali desenvolvidas e, a partir delas, sugerimos outras atividades que poderiam ser realizadas no âmbito daquela unidade de ensino.

Entendemos que o Dia da Consciência Negra não deve ser comemorado apenas em um único dia, com data marcada no calendário, e, menos ainda em uma Semana da Consciência Negra. Gostaríamos que a valorização, respeito e aceitação do negro como constituidor da população brasileira se desse no dia a dia, na convivência e na luta cotidiana de sobrevivência que nos é imposta.

Esclarecemos que, para atender às necessidades de compreensão da importância do negro na formação da cultura brasileira, a escola pode oferecer diversos serviços com intuito de ajudar as professoras e os professores, os alunos, os pais dos alunos e demais funcionários, a lidarem com o Dia da Consciência Negra, criando um ambiente propício e agradável para o desenvolvimento intelectual e social de todos os alunos ali inseridos.

Assim, entre os serviços mais importantes que buscam a igualdade racial entre os homens, sugerimos que o CEF desenvolva outras atividades.

Não se trata de atribuir às professoras e aos professores a responsabilidade exclusiva de uma formação para lidar com as questões raciais. Ao contrário. Valorizamos tudo aquilo que foi desenvolvido naquele ambiente escolar e, ademais, achamos pertinente sugerir outras formas de trabalhar a temática.

Entendemos que docentes bem qualificados são aqueles que contam, principalmente, com cursos de formação específica, capacitação, condições de trabalho, material didático adequado para o desenvolvimento de suas atividades laborativas, remuneração compatível, tempo para preparação das aulas, ambiente socialmente adequado (FREIRE, 1987, 1993; NÓVOA, 1999; TARDIF, 2002), entre outros aparelhamentos necessários ao bom andamento do processo ensino e aprendizagem, que devem ser ofertados pelo Estado.

Neste sentido, passamos a sugerir distintas ações que podem contribuir para a realização de um Ano da Consciência Negra no âmbito escolar.

Sugestões de atividades a serem desenvolvidas com os docentes, os funcionários da escola e os pais dos alunos

Envolver toda comunidade escolar em debates, oficinas e reuniões, pode ser um rico instrumento para melhorar a qualidade do ensino, além de promover a inserção da família na escola (MOREIRA, 2012).

Assim, passamos a sugerir diversas atividades que podem promover a igualdade racial no âmbito escolar, que pode ser estendida para a família e a comunidade, uma vez que a participação de todos é fundamental para combatermos as práticas de discriminação e exclusão, ainda existentes em nossa comunidade.

- (a) informar os docentes e o corpo administrativo da escola sobre a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), que define a inclusão de conteúdos de História da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos das escolas brasileiras (BRASIL, 2004);
- (b) divulgar informações a respeito de manifestações saudáveis acerca do processo de miscigenação e formação do povo brasileiro;
- (c) oportunizar aos pais condições de conhecimento da formação do povo brasileiro;
- (d) criar grupos de discussão a respeito da temática;
- (e) discutir textos que abordam o assunto durante os momentos de coordenação coletiva;
- (f) propiciar o contato dos docentes com materiais, objetos, músicas, tapeçaria e outros objetos de origem africana;
- (g) elaborar atividades dinamizadas com jogos de origem africana;
- (h) promover ou fortalecer, em sua respectiva unidade de ensino, o dia da Consciência Negra, estendendo para a semana, depois para o mês e, finalmente, para o ano, até tornarmos naturais essas manifestações;
- (i) realizar palestras com especialistas da temática em reuniões de pais e mestres e,

(j) apreciar a cultura negra como uma filosofia que oportuniza lidar com a diversidade, contribuindo para a inserção social e pedagógica da pessoa afrodescendente, entre outros.

Pode ser que a oferta destes serviços à comunidade escolar desperte na consciência daqueles que lidam com esta clientela, entusiasmo e vontade de ajudar, provocando, neles, uma resposta, afinal, “a consciência é sempre um eco, um aparelho de respostas” (VYGOTSKI, 2004, p. 72).

Sugestões de atividades a serem realizadas com os alunos

Para os alunos, recomendamos a realização das seguintes atividades:

- a) Ornamentação da escola com painéis, murais e exposições africanos;
- b) Apresentação ou competição de danças africanas;
- c) Recitação de poemas envolvendo a questão racial;
- d) Exposição de instrumentos musicais, objetos e tapeçaria africanos;
- e) Exposição e degustação de pratos típicos da África;
- f) Estudo e oferta da capoeira aos estudantes;
- g) Confeção de mural sobre as celebridades negras;
- h) Mostra de plantas medicinais descobertas e trazidas pelos escravos;
- i) Realização de gincana temática;
- j) Utilização de jogos africanos para o ensino de Matemática (Mancala, por exemplo);
- k) Oficina de penteados, tranças e maquiagem africanos;
- l) Baile de máscaras africanas;
- m) Recreio musical com músicas africanas;
- n) Exibição e debate acerca do filme Vista minha pele, de Joel Zito.
- o) Elaboração, apreciação e apresentação de paródias;
- p) Concurso de danças afro;
- q) Apresentação e desfile da beleza negra;
- r) Mostra de cinema;
- s) Debate por meio de grupos de estudos dos alunos;
- t) Realização da hora da história e,

u) Desenho do caminho geográfico feito da África para o Brasil.

Dada a complexidade da discussão ora levantada, os resultados obtidos neste trabalho sugerem a necessidade de outros diálogos, a fim de se buscarem respostas a diversos questionamentos que emergiram durante a realização de nosso estudo.

Neste sentido, advoga-se a necessidade de ampliar o debate rumo ao enfrentamento da discriminação presente em nossa sociedade, não só do negro, do afrodescendente, do afro-brasileiro, mas num contexto mais geral, onde possamos combater qualquer forma de exclusão, de negação de direitos e de privação da liberdade, como vem acontecendo com as minorias, tais como os homossexuais que buscam igualdade civil, os deficientes que buscam respeito aos seus direitos, entre outras.

No conjunto da população, a união das minorias faz com que nos tornemos a maioria.

Para (não) concluir, deixamos uma bela reflexão do Nelson Mandela.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião.

Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Referências

BEATO, Joaquim. **Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade**. CENACORA, 1998.

BRASIL. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Gênero e Raça – todos pela igualdade de oportunidades**: teoria e prática. Brasília: MTb-a / Assessoria Internacional, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, SEESP, 2001.

_____. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências, 2003.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

COLL, Cesar. **Psicologia e Currículo**. São Paulo, Brasil: Ática, 1996.

FIGUEIRA, Vera Moreira. Pesquisa: Preconceito racial na escola. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 18, maio de 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Professor sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1993.

LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação e Sociedade**. Campinas: Cedes, ano XXII, n. 74, pp. 77-96, abril 2001.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Representações sociais de professoras e professores que ensinam Matemática sobre o fenômeno da deficiência**. Tese (Doutorado em Educação Matemática). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, 2012.

_____; MANRIQUE, Ana Lúcia. O que pensam os professores que ensinam Matemática sobre a inclusão de alunos com NEE? In DORNELLES, L. V.; FERNANDES, N. **Perspetivas sociológicas e educacionais em estudos da criança: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras**. Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança, Instituto de Educação, Universidade do Minho. ISBN: 978-989-8537-02-7, 2012.

NÓVOA, António. (Org). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1999.

SANTOS, Joel R. **A questão do negro na sala de aula**. Coleção na Sala de Aula, 1990.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, José Bezerra da; BERTOLDO, Maria Edna. O racismo como subproduto da sociedade de classes. **Revista Espaço Acadêmico**, ano X, nº. 112, set. 2010. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index>. Acesso em 18/11/2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Filme: **Vista a minha pele**. Direção de Joel Zito Araújo. São Paulo: Casa de Ceert, 2004. Vídeo - DVD (23 minutos).

Recebido em 12 de junho de 2014
Aceito em 11 de agosto de 2014